


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1001894-57.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 16/05/2014 11:30:20 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

RENATA RAMOS DENARDI propõe ação contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** Suas duas filhas faleceram em acidente automobilístico. Recebeu indenização, pelo seguro DPVAT, de R\$ 13.500,00 para cada filha, nos termos do art. 3º, I, da Lei nº 6.194/74 com a redação introduzida pela MP 340 de 29/12/06. Todavia, o valor de R\$ 13.500,00, apesar do silêncio da lei, deve ser atualizado, pena de perda de poder aquisitivo da moeda. Sob tais fundamentos, pede a condenação do réu ao pagamento da diferença e indenização por danos morais.

O réu foi citado e contestou. Alegou ausência de interesse processual, pois a inicial não veio instruída com o BO do acidente. Sustentou, ainda, que a obrigação foi extinta com o pagamento e quitação outorgada pela autora. Que não há a obrigação de atualização do valor da indenização, assim como não se pode falar em danos morais. Pediu a improcedência.

Houve réplica.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O BO não é documento indispensável para esta lide, considerada a sua estrita controvérsia: se os valores previstos na Lei nº 6.194/74, a partir da MP 340/06, devem ser atualizados.

O recebimento da indenização do seguro DPVAT no âmbito extrajudicial, ainda que com a outorga de quitação, não impossibilita a cobrança de diferenças


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

decorrentes do pagamento a menor. Jurisprudência pacífica do STJ (por todos: REsp 619.324/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2010, DJe 24/05/2010).

Quanto ao mérito, convenço-me da procedência da pretensão ao recebimento de diferenças.

A alteração introduzida pela MP nº 340/06 realmente não previu índice de atualização dos valores das indenizações pagas no caso do seguro DPVAT, sendo, no ponto, aparentemente menos benéfica que a regra anterior, que previa reajuste em razão da sua vinculação a salários mínimos.

Todavia, a correção monetária corresponde a um simples mecanismo de recomposição da moeda e deve ser considerada implícita no caso. Se o legislador não previu como deve ser feita a correção, admite-se que esteja autorizada a adoção dos índices normais, aplicáveis a todos os casos de pagamento de dívida com atraso. Não se olvide que a correção monetária, longe de se configurar um 'plus', é mera atualização do valor nominal da moeda ao seu valor real.

Efetuei os cálculos do valor devido, com a dedução do que foi pago em 20/3/12 e juros moratórios a partir da citação em 20/3/14. Segue planilha, que integra a presente sentença.

A planilha, atualizada até esta data, foi necessária porque o autor, na inicial, incluiu juros moratórios desde o pagamento a menor, o que não encontra fundamento legal ou jurisprudencial para o caso da cobrança de DPVAT ou diferença (STJ: AgRg no REsp 955.345/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3ªT, j. 06/12/2007; AgRg no REsp 936.053/SP, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ªT, j. 15/04/2008; REsp 995.504/SP, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 22/04/2008; AgRg no Ag 998.663/PR, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 4ªT, j. 07/10/2008; REsp 746.087/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 18/05/2010).

A respeito do pedido de indenização por danos morais, deve ser rejeitado, pois o simples pagamento a menor não os gera, segundo regras de experiência.

"Dissemos linhas atrás que o dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que agressão à dignidade humana. Que conseqüências podem ser extraídas daí? A primeira diz respeito à própria configuração do dano moral. Se dano moral é agressão à dignidade humana, não


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

basta para configurá-lo qualquer contrariedade. Nessa linha de princípio, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou irritabilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenização pelos mais triviais acontecimentos". (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 6ª Edição. São Paulo. Malheiros: 2006. p. 105)

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação e CONDENO o réu a pagar ao autor a quantia indicada na planilha a seguir, ou seja R\$ 10.730,63, com atualização monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios, ambos a partir da presente data (em que feitos os cálculos); ante a sucumbência recíproca e na mesma proporção (suprimidos os juros moratórios que repercutiam consideravelmente no valor devido; afastada a indenização por danos morais), cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais, observada eventual AJG concedida à autora, e os honorários compensam-se integralmente.

P.R.I.

São Carlos, 20 de maio de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
